



Índice

- 01 Índios ocupam duas pistas da BR-222, em Marabá
- 02 Em Sidrolândia, índios insistem e afirmam que só saem de fazenda com decisão de Brasília
- 03 ÁGATA 7 - Forças Armadas realizam atendimento médico a indígenas no Amazonas
- 04 Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Uenf comemora aniversário
- 05 Índios com diagnóstico de tuberculose começam tratamento no Amazonas
- 06 Presidente da Câmara diz que CPI da Funai só deve ser instalada em último caso
- 07 MPF/TO acompanha fiscalização ambiental no Parque Nacional do Araguaia
- 08 Seminário de Documentação Indígena e Etnohistória gratuito acontece nos dias 28 e 29 na UCDB
- 09 Indígenas Acreanos manifestam indignação com Governo Dilma
- 10 Preparados para guerra, índios jogam rojão contra equipes da imprensa
- 11 Indígenas reclamam de suspensão de demarcação de terras
- 12 Unesp lança cursos para comunidades camponesas e indígenas

Índios ocupam duas pistas da BR-222, em Marabá SÍTIO PORTAL ORM, 20.05.2013

Protesto causa congestionamento entre a sede e a localidade de Morada Nova

Cerca de 50 índios de várias etnias voltaram a ocupar a rodovia BR-222, próximo a Marabá, no sudeste do estado, na manhã desta segunda-feira (20). Eles exigem a demissão da coordenadora do Distrito Sanitário. A interdição acontece no km 220, a cerca de 25 km de Marabá, entre a sede do município e o distrito de Morada Nova. As duas pistas estão bloqueadas. Um grande congestionamento se formou no local. As informações são da Polícia Rodoviária Federal.

É a segunda vez que os indígenas bloqueiam a via pelo mesmo motivo. Na sexta-feira (17), eles permaneceram no local durante todo o dia, liberando a passagem de veículos durante o final de semana. Os índios acusam a coordenadora de desvio de recursos na instituição.



'Já temos uma equipe da polícia rodoviária negociando com os índios a liberação da pista, mas eles estão irredutíveis e ameaçando interditar todos os acessos à cidade', revelou o inspetor PRF Gilvan Santiago. No local há, ao todo, quatro entradas que dão acesso à Marabá.

Em Sidrolândia, índios insistem e afirmam que só saem de fazenda com decisão de Brasília

SÍTIO AMAMBAÍ NOTÍCIAS, 19.05.2013



Polícia Federal permanece no local

Os índios que invadiram a fazenda Buriti em Sidrolândia – distante a 70 km de Campo Grande, continuam no local. A imprensa está proibida de chegar perto do portão de acesso. Um dos integrantes do movimento informou rispidamente à reportagem que ele e seus patrícios não saem enquanto não tiver uma decisão de Brasília.

A ocupação da fazenda Buriti teve início na madrugada de quarta-feira (15). Segundo o proprietário rural e advogado, Ricardo Bacha, cerca de 100 índios entraram na fazenda, por volta das 4h da manhã, dando tiros.

Eles teriam cercado a sede, ocupado as invernadas e mantido a mulher de Bacha, o filho e funcionários como reféns. No sábado (18) eles tomaram a sede e liberaram todos, que precisaram sair sob escolta de viaturas da Polícia Federal.

Neste domingo (19), alguns índios permanecem na porteira da fazenda barrando a entrada de quem quer que seja. Apenas seus 'patrícios' têm acesso ao local. Pela manhã, um ônibus com cerca de 30 índios, todos com arco e flecha, chegou para dar reforço ao movimento.

Um dos índios que estava na porteira e que aparentemente chefiava o grupo estava visivelmente inconformado com a presença da imprensa e tentava afastar a reportagem a todo o momento. Ele disse que não estavam invadindo nada e que a terra pertence a eles. "Isso é nosso", repetia o homem.

Questionado sobre o papel da Funai (Fundação Nacional do Índio), junto às comunidades, ele reclamou. "A Funai não faz nada, não ajuda nada. Se a Funai fizesse alguma coisa a gente não precisaria estar aqui".

Ele relatou que cerca de 3 mil índios estão espalhados pela fazenda, entretanto a reportagem acredita que o número seja menor, entre 250 e 300 índios.

Mais uma vez reforçou que a saída deles das terras está condicionada a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal). Ele confirmou que não há mais ninguém da família Bacha no local. "Daqui, já saíram todos".

Próximo a fazenda existe uma aldeia, que segundo o índio, não tem como trabalhar. "A aldeia? O que a gente tem de terra não dá nem meio hectare para cada índio trabalhar. Isso daqui é

CONT.

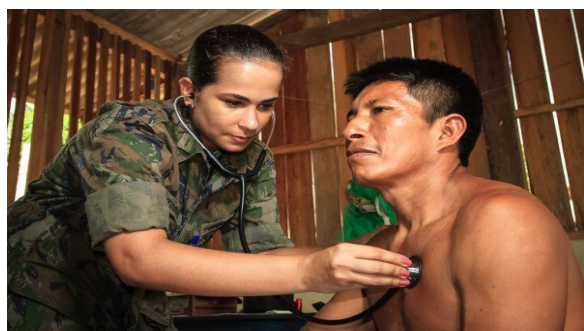


nosso. Já foi comprovado”, insistia.

Sobre a fazenda Cambará, titulada em nome de Vanth Vani Filho, e que foi invadida na quinta-feira (16) ele disse que está fechada. “Está com tronco de árvore. Os patrícios estão lá ainda. Está fechado e não é para ninguém entrar”, finalizou dando as costas e encerrando a conversa.

Na fazenda Cambará o clima ficou bastante tenso. O produtor rural e os índios se reuniram para falar sobre a ocupação. Por pouco não houve enfrentamento e a conversa que durou cerca de 1h não surtiu resultado.

ÁGATA 7 - Forças Armadas realizam atendimento médico a indígenas no Amazonas
SÍTIO FORÇA AÉREA BRASILEIRA, 19.05.2013



Militares das Forças Armadas realizaram atendimentos médicos e odontológicos em duas Ações Cívico-Sociais (Aciso), no sábado (18/05), no município de São Gabriel da Cachoeira, a 851 km de Manaus (AM). Na ocasião, indígenas de diferentes etnias receberam tratamentos e orientações de profissionais de especialidades como clínica médica, pediatria e dermatologia. Os atendimentos terminam neste domingo (19/05).

As duas Aciso ocorreram, simultaneamente, em dois pontos da cidade. Médicos e dentistas da Força Aérea Brasileira (FAB) fizeram consultas na comunidade indígena Itacoatiara, composta por mais de 30 famílias das etnias Baniwa, Wanano e Tucano. "É bom ter atendimentos dentro de nossa comunidade, pois assim não precisamos nos deslocar até a cidade", disse o índio chefe da comunidade, Augusto Joaquim da Silva.

Para a índia Maria Cabral Samony, as consultas dentro de Itacoatiara são uma oportunidade de saúde e de conforto para seus dois filhos. "Eles recebem o atendimento de que necessitam sem precisarmos fazer o difícil deslocamento de ônibus".

De acordo com a Tenente-Médica Carolliny Medina, a equipe de saúde transmitiu informações para que os indígenas se previnam de algumas doenças. "Demos orientações e falamos sobre o que pode causar algumas doenças e de como podem ser evitadas". Para os atendimentos, a equipe da Aeronáutica levou kits odontológicos e medicamentos como antibióticos, anti-inflamatórios, antiparasitários e antialérgicos.

Em outro ponto da cidade, na Escola Estadual Sagrada Família, o Exército Brasileiro (EB) realizou outra Aciso. No local também foram realizados atendimentos odontológicos. Para as crianças, houve uma programação especial. "Fazemos palestras educativas e preventivas, apresentamos as técnicas de escovação, levamos as crianças para fazer a escovação e depois aplicamos flúor", informou a Tenente Dentista Tatyana Castro.

Mãe de duas filhas, a dona de casa Daniela Correa Machado, destacou os benefícios da Aciso. "Esses tratamentos são mais rápidos e com mais conforto."

Quem foi à escola Sagrada Família, além dos atendimentos médicos e odontológicos, pôde contar com assistência nas áreas de enfermagem e de vacinação. Os visitantes também tinham acesso a uma área de facilidades onde encontravam representantes do cartório, da Junta de Serviço Militar e do Juizado Especial Cível.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 084 / 2013

Brasília, 20 de maio de 2013.

As Aciso realizadas em São Gabriel da Cachoeira fazem parte das missões desenvolvidas na Ágata 7. Essa operação é realizada de forma conjunta pela Marinha do Brasil (MB), Exército Brasileiro (EB) e Aeronáutica, sob a coordenação do Ministério da defesa (MD).



Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Uenf comemora aniversário
SÍTIO JORNAL TERCEIRA VIA, 20.05.2013

O evento será realizado no Centro de Convenções da Uenf, na terça-feira (21 de maio)

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) da Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf) comemora na terça-feira (21 de maio) o seu primeiro aniversário. A programação tem como tema geral os "Dez anos de políticas de ações afirmativas no ensino superior: avanços e desafios".

O evento será realizado no Centro de Convenções da Uenf, a partir das 14h. Às 15h, será realizado debate sobre o tema "O povo brasileiro", inspirado no livro de Darcy Ribeiro.



As debatedoras serão as professoras Lilian Sagio (Leea/Uenf) e Yolanda Lobo (LGPP). O professor Eduardo Quintana (UFF) será o moderador.

Após a abertura oficial do evento, às 18h30, haverá palestra/debate sobre os temas "O que falar sobre o real e o ideal: 10 anos de políticas de ações afirmativas nas universidades brasileiras" (professora Elielma Ayres Machado – Uerj) e "A questão educacional indígena no Brasil: mudanças, conquistas e desafios no contexto atual" (professora Anari Pataxó – Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena /MEC). O moderador será o professor Leandro Garcia Pinho (Leel/Uenf).

Índios com diagnóstico de tuberculose começam tratamento no Amazonas

SÍTIO PORTAL EBC, 20.05.2013



Um total de 79 índios já foi diagnosticado com tuberculose (Colaborativo/André Mantelli)

Brasília - Dos 79 índios diagnosticados com tuberculose em uma ação de controle da doença implementada pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) de Manaus na comunidade indígena de Lago do Capanã Grande, 37 passaram por exames de raio X. O Dsei é da estrutura da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), do Ministério da Saúde.

Segundo a coordenadora da ação, a enfermeira Wildys Feitosa, desse total, sete começaram o tratamento para o esquema básico de saúde, 13 são medicados para infecção latente e 17 aguardam o resultado do exame radiológico.

Em entrevista à Agência Brasil, Wildys Feitosa disse que os índios estão orientados a procurar a equipe de técnicos e enfermeiros instalados em um laboratório montado no município de Manicoré. "A adesão tem sido positiva. Eles querem ser tratados o mais rápido possível". Para Wildys, a distância de onde está situado Lago do Capanã Grande para Manaus faz com que os indígenas façam os exames aos poucos.

Wildys ressaltou que o acesso limitado às aldeias dificulta a identificação da doença. Há casos em que todos os membros da família têm a doença, mas não apresentam nenhum sintoma, fazendo com que o paciente não procure tratamento. "O problema é histórico e estava camuflado. Eles precisam de ajuda".

Para que o tratamento seja eficaz, agentes indígenas de saúde monitoram os índios diagnosticados por meio do chamado tratamento diretamente observado, que consiste na observação da ingestão dos medicamentos, preferencialmente todos os dias, para evitar que abandonem o medicamento. "Muitos começam a tomar o remédio e pensam que já estão curados, abandonando a medicação". A duração do tratamento é seis meses.

Wildys informou que haverá ações como essa durante todo o ano. A próxima ação será feita em junho em Boca do Jauari. Em agosto, será a vez de Punta Natal.



Presidente da Câmara diz que CPI da Funai só deve ser instalada em último caso
SÍTIO CENÁRIO MT, 18.05.2013

Brasília – O presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), disse hoje (16) que a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) não é, neste momento, a melhor forma de buscar uma solução para a disputa por terras travada entre índios e produtores rurais em diversos estados do país. Um pedido com a assinatura de mais de 200 deputados favoráveis à instalação da CPI foi protocolado ontem (15).

“A CPI é um último caso. Tem outros caminhos mais moderados para chegarmos a um entendimento”, disse Alves após se reunir com o vice-presidente e com deputados federais que integram a Frente Parlamentar da Agropecuária. Também participou da reunião o advogado-geral da União, ministro Luís Inácio Adams, instado pelos parlamentares para fornecer mais detalhes sobre a suspensão da Portaria 303, da própria Advocacia-Geral da União (AGU).

“O clima está muito acirrado. Há muitos problemas em muitos estados do Brasil e queremos tentar harmonizar a situação para que haja uma convivência respeitosa e democrática, cada um no seu pedaço”, disse Alves, sem detalhar as propostas discutidas para equacionar as reivindicações de índios e produtores rurais, que, em muitos casos, disputam as mesmas terras a que alegam ter direito.

O próprio deputado mencionou, como exemplo, conflitos existentes, por exemplo, no Mato Grosso do Sul, que, em 2012, liderou, com 32 das 51 mortes registradas, o ranking dos estados com maior número de assassinatos de índios do último Relatório da Violência contra os Povos Indígenas divulgado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Satisfeito com a aprovação, pela Câmara dos Deputados, da Medida Provisória 595, a chamada MP dos Portos, Alves revelou pouco sobre as reivindicações e críticas feitas pelos integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária durante a reunião. Ao contrário dos parlamentares, que saíram cobrando a republicação da Portaria 303, a suspensão dos processos de demarcação de novas terras indígenas em todo o país - a exemplo do que já ocorreu no Paraná - e medidas mais enérgicas de controle à Funai.

“Há um sentimento nacional de que a Funai vem prestando um desserviço [à Nação] e não se descarta sequer pedir que ela seja extinta”, disse o deputado Francisco Escórcio (PMDB-MA), primeiro a deixar o gabinete do vice-presidente.

“Mostramos a situação aflitiva que milhares de pessoas estão passando. Há notícias de que todos os processos demarcatórios podem ser suspensos até que novas regras sejam criadas, como a reedição da Portaria 303, que disciplina os processo que estão em curso”, disse o deputado Luis Carlos Heinze (PP/RS), alegando que a criação da CPI da Funai e do Incra será discutida conforme o “ritual” habitual da Câmara. “Entramos em uma fila e vamos discutir isso

CONT.



lá dentro”.

Para Heinz, a recente decisão do governo federal de suspender, temporariamente, os processos de criação de novas terras indígenas no Paraná até que outros órgãos, entre eles a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), fossem consultados sobre os eventuais prejuízos e possíveis conflitos fortalece o pedido de suspensão de todos os processos, em todo o país. “A suspensão é para todo o país. Não é específica para o Paraná”.

A suspensão dos estudos no Paraná foi anunciada na semana passada pela ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, que revelou que o governo estudava estender a decisão para Mato Grosso do Sul, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Publicada pela Advocacia-Geral da União em julho de 2012, com a justificativa de regulamentar e padronizar a atuação dos advogados e promotores públicos, a Portaria 303 estendeu para todos os processos demarcatórios de terras indígenas a obrigação de que sejam observadas as 19 condicionantes impostas pelo STF para a Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Entre as condicionantes estão a proibição à comercialização ou arrendamento de qualquer parte de terra indígena que possa restringir o pleno exercício do usufruto e da posse direta pelas comunidades indígenas; a exigência de que os índios obtenham permissão para a garimpagem em seus territórios; além da proibição da ampliação das reservas já homologadas e a obrigatoriedade de que mesmo os processos já finalizados sejam revistos e adequados às novas normas.



MPF/TO acompanha fiscalização ambiental no Parque Nacional do Araguaia
SÍTIO SURGIU, 18.05.2013

Ação dos fiscais que buscam impedir entrada das chamadas caravanas de pesca na Ilha do Bananal gerou reclamação de índios. Pesca e outras atividades de não índios são proibidas no parque e na terra indígena

O procurador da República Álvaro Manzano e o antropólogo Márcio Santos acompanharam nesta sexta-feira, 17 de maio, a fiscalização promovida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) no Parque Nacional do Araguaia, na Ilha do Bananal. A Operação Mureré faz parte das ações de proteção do parque em 2013, e tem como objetivo coibir a pesca ilegal e invasão do parque e da Terra Indígena Inãwebohona por não indígenas. O foco da fiscalização é o principal acesso terrestre ao parque conhecido como Barreira da Cruz.

Devido à atuação dos fiscais ambientais do ICMBio e de policiais da Companhia Independente de Polícia Militar Rodoviária e Ambiental (Cipra), os indígenas da aldeia Boto Velho informaram que houve críticas de pessoas que deveriam entrar na ilha e foram coibidas pela fiscalização. Durante reunião, o chefe do parque Raoni Japiassu ressaltou a qualificação dos profissionais envolvidos no trabalho e alertou para a possibilidade de disseminação de informações equivocadas aos índios por pessoas interessadas em ingressar na terra indígena nas chamadas caravanas de pesca.

O cacique Vagner Javaé afirmou que os índios são favoráveis à preservação ambiental, mas que devido à grande influência da sociedade envolvente eles cada vez mais precisam de fontes imediatas de renda. Álvaro Manzano ressaltou a necessidade de diálogo dos fiscais com os índios nas ocasiões em houver fiscalizações, comunicando a ação e esclarecendo dúvidas. Quanto à geração de renda, o procurador ressaltou que os projetos apresentam retorno a médio e longo prazo, e que os índios devem ter constância para evitar constantes recomeços nas ações.

Como alternativas para geração de renda, foi encaminhada a realização de uma visita técnica no mês de junho com empresários de turismo dos municípios de Lagoa da Confusão e Caseara para incremento de atividades de turismo na ilha, que já acontecem de forma incipiente. "A atividade turística é uma excelente opção, mas deve haver estruturação dos índios para oferecer serviços e agregar valor a sua atividade", disse Manzano.

O técnico indigenista da Funai Euclides Dias Lopes anunciou a liberação de R\$ 200 mil para implementação de projetos de apicultura nas aldeias da Ilha do Bananal, além de investimentos da ordem de R\$ 15 mil para provimento de carteiras de pescadores aos índios. Também foi encaminhada a distribuição de combustível aos índios para que realizem ações de fiscalização da pesca irregular no parque e na terra indígena sobreposta, com realização de relatórios especificando os locais fiscalizados e os integrantes das equipes.



Seminário de Documentação Indígena e Etnohistória gratuito acontece nos dias 28 e 29 na UCDB

SÍTIO FOLHA DE DOURADOS, 18.05.2013

Programação tem como destaques conferências com o antropólogo espanhol Bartolomeu Meliá e do jornalista e professor da pós em Memória Social da UNI-Rio

Nos dias 28 e 29 de maio acontece o I Seminário de Documentação Indígena e Etnohistória, na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. O seminário será realizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas (NEPPI/UCDB) como resultado do projeto "Organização, Salvaguarda e Disponibilização on-line do acervo documental sobre os Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul do Centro de Documentação e Biblioteca Digital Indígena Teko Arandu", apoiado pelo Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Ministério da Justiça.

A programação tem como destaques as conferências com Bartolomeu Meliá, jesuíta e antropólogo espanhol radicado no Paraguai, pesquisador do povo Guarani e José Ribamar Bessa Freire professor da Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNI-Rio) e da Faculdade de Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, onde coordena o Programa de Estudos dos Povos Indígenas.

Além das conferências, o seminário terá uma Mesa Redonda de troca de experiências entre pesquisadores e representantes de centros que trabalham com documentação indígena, oficinas de busca de documentos na plataforma do Centro de Documentação e Biblioteca Digital Indígena Teko Arandu (CEDOC) e o lançamento do livro Ñande Ypykuera ñe'ëngue (antologia guarani).

Todas as atividades do evento são gratuitas e os participantes receberão certificados. Para assistir às mesas e conferências não é necessário fazer inscrição. Para participar das oficinas é preciso preencher a ficha de inscrição, disponível no link <http://www.neppi.org/noticias.php?id=984>, e enviar para o e-mail ctekoarandu@gmail.com. Confira a programação completa:

28 de maio (terça-feira)

8h-9h - Abertura

Mesa de abertura

Vídeo relatório do projeto "Organização, Salvaguarda e Disponibilização on-line do acervo documental sobre os Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul do Centro de Documentação e Biblioteca Digital Indígena Teko Arandu"

9h30-11h30 - Mesa Redonda: Troca de experiências em documentação indígena e desafios

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 084 / 2013

Brasília, 20 de maio de 2013.

Coordenação: Dr. Neimar Machado de Sousa (UCDB/UFGD)

Expositores: Dra.Vera Lúcia Ferreira Vargas (Centro de Documentação Indígena UFMS – Aquidauana); Dr. Antonio Dari Ramos (FAIND/UFGD); Pe. Georg Lachnitt (Diretor do NEPPI/UCDB).

13h-17h30 – Oficina: Utilização do PHL para documentação indígena e etnohistória

Responsáveis técnicos: Gustavo Costa do Carmo e Arnulfo Morinigo Caballero (Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB)

Local: Laboratório de Informática Bloco C sala 09/UCDB

13:00h-15:00h – Turma 1

15:30h-17:30h – Turma 2

19h-19h30 - Lançamento do livro Ñande Ypykuera ñe'ëngue (antologia guarani) - Pe. Bartomeu Melià.

19h30-21h30 – Conferência: A Documentação Indígena – Pe. Bartomeu Melià (Cepag/Assunção)

29 de maio (quarta-feira)

8h-10h - Conferência: Etnohistória – Dr. José Ribamar Bessa Freire (UERJ/UNI RIO)

10h15-12h Debate e encerramento do seminário

Indígenas Acreanos manifestam indignação com Governo Dilma

SÍTIO JURUÁ ON LINE, 18.05.2013



Lideranças Indígenas do Estado do Acre, Sudoeste do Amazonas e Noroeste de Rondônia estiveram reunidos entre os dias 14 a 16 em Rio Branco – Eles Manifestaram indignação contra as ações do Governo Dilma que mudam as regras do jogo na demarcação de terras indígenas e abrem as portas para as intervenções sem consulta.

Leia a Carta na Integra

Rio Branco-AC, 16 de maio de 2013.

Nós lideranças indígenas representantes de 14 povos e organizações do estado do Acre, sul do Amazonas e noroeste de Rondônia, reunidos entre os dias 14, 15 e 16 de maio, vimos expressar a nossa grande preocupação e indignação com as recentes medidas adotadas pelo Governo Dilma Rousseff e a bancada ruralista do Congresso Nacional. A mais recente delas diz respeito à tentativa de acabar de vez com os processos de demarcação de terras indígenas e quilombolas, a partir da instalação da CPI da FUNAI e do INCRA. Esta CPI visa paralisar as demarcações das terras indígenas e revisar as já homologadas. Nós perguntamos a todos: o que irá acontecer conosco, os povos indígenas?

Estamos preocupados com o projeto de exploração de petróleo e gás natural no Vale do Juruá, com as hidrelétricas que atingiram os Kaxarari – que estão sendo ameaçados pelos fazendeiros, com os projetos de ligação do Acre ao Peru por meio de rodovias que irão sangrar a floresta, onde há parentes em isolamento voluntário, com as ameaças à liderança Francisco Saldanha e Antonio José, respectivamente da TI São Paulino e TI Valparaíso.

Nossas terras e culturas estão sendo destruídas e com isso todo o nosso conhecimento milenar. Somos parte da natureza e ela faz parte de nós, mas a cada dia surgem novas ameaças que põe em risco a nossa integridade física e os nossos territórios. Exemplifica isto as PECs 215 e 237, além do Projeto de Lei de Mineração, que se aprovadas, vão retalhar o nosso território de ponta a ponta.

Por isso exigimos a imediata demarcação das terras indígenas do Acre, Sul do Amazonas e noroeste de Rondônia, queremos também resaltar a grande importância do fortalecimento da FUNAI com as implantações das CTI, para que possamos agilizar os estudos das demarcações e revisões de limites das TI, para nos esta fundação continua sendo muito importante portanto pedimos ao governo Dilma que trate com respeito e atenção o trabalho que vem sendo feito pela FUNAI e dando mais condições e ampliando os servidores para dar conta desta demanda o qual nos povos indígenas lutamos e esperamos a muitos anos pelas demarcações de nossos território.

CONT.



Queremos deixar bem claro que nunca fomos inimigos do governo somos contra e desaprovamos a forma que somos tratados sem o mínimo de respeito, vendo a cada dia mais os nossos direitos sendo violado, estamos a cada vez mais sendo ignorando e massacrados, essa bancada de ruralistas, nos tratando como se fôssemos de outra espécie, animais e não humanos, portanto pedimos as partes mundiais que faça uma interferência ao governo brasileiro o qual acusamos de omissão aos direitos de nossos povos, pedimos ainda que a organização das nações unidas por parte da secretaria de direitos humanos cobre esclarecimentos imediato e coloque o governo sobre alerta por maltratar o seu povo.

Por fim queremos dizer que a floresta é a nossa vida e o mundo precisa dela pra viver a força da humanidade esta nas raízes das grandes arvores a essência da vida esta nas nascentes das águas, a cura da humanidade esta nas pequenas ervas de poderes que nos conhecemos e podemos ajudar o mundo a se curar, queremos viver em paz ver nossos filhos nascer e crescer vivendo dignamente para isso necessitamos ter nossos territórios devolvidos através das demarcações e protegidos pelas seguranças deste pais e queremos transmitir o nosso conhecimento ao mundo para que passamos ter paz nesta terra.

POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO ESTADO DO ACRE, NOROESTE DE RONDONIA e SUL DO AMAZONAS. ORGANIZAÇÕES

01- ORGANIZAÇÃO DOS POVOS INDIGENAS DO RIO JURUÁ- OPIRJ

02-ORGANIZAÇÃO DOS POVOS INDIGENAS DE TARAUACA-OPITA

03-ORGANIZAÇÃO DOS POVOS INDIGENAS DO RIO ENVIRA-OPIRI

04- CORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDIGENAS DA AMAZONIA BRASILEIRA-COIAB

05 – ORGANIZAÇÃ DOS PROFESORIS INDIGENAS DO ACRE-OPIAC

06-ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO DOS ARGENTES AGROFLORESTAIS INDIGENAS DO ACRE-AMAIAC

07-ASSOCIAÇÃO SOCIO CULTURAL E AMBIENTAL KUNTAMANÃ-ASCAK

08-ASSOCIAÇÃO SOCIO CULTURAL YAWANAWA-ASCY

09-FEDERAÇÃO DO POVO INDIGENA HUNI-KUI DO ACRE-FEPHAC

10-ORGANIZAÇÃO DO POVO INDIGENA APURINÃ JAMAMADI DO AMAZONAS-OPIAJABAM

POVOS INDIGENAS

01 YAWANAWA

02- KUNTANAWA

03 HUNI-KUI

04- NUKINI

05-JAMINAWA

06-APOLIMA ARARA

07- PUYANAWA

08-AYSHANINKA

09-NAWA

10-APURINÃ

11-JAMAMADI

12-MANCHINERI

13-SHAWÃDAWA

14-KAXARARI



Preparados para guerra, índios jogam rojão contra equipes da imprensa

SÍTIO CORREIO DO ESTADO, 18.05.2013

Indígenas jogaram rojão e espantaram com gritos de guerra equipes de reportagens do Correio do Estado, TV Record e Campo Grande News, que faziam a cobertura de invasões em fazendas, na cidade de Sidrolândia. O fato ocorreu na tarde deste sábado (18).

Os índios estão pintados para guerra e alguns estão encapuzados. Também estão armados com pedaços de pau, lança, arco e flecha.

Após deixar a Fazenda Cambará, que fica ao lado da Fazenda Buriti, os índios interditaram a estrada que dá acesso a propriedade rural. Eles também invadiram a sede da Buriti, do ex-deputado estadual Ricardo Bacha.

O procurador da República, Emerson Kalif Siqueira, esteve no local, bem como 50 homens da tropa de choque da Companhia Independente de Gerenciamento de Crises e Operações Especiais (Cigcoe).

Invasão

O produtor rural Paulo Bacha, que é dono da Fazenda Querência São José e primo de Ricardo Bacha, teve sua fazenda ocupada há 3 meses. À época, os indígenas fizeram a mãe do fazendeiro, Lourdes Bacha, de 82 anos, refém por 48h. A idosa só foi libertada após negociação. A família deixou a fazenda e, desde então os indígenas já abateram 300 cabeças de gado, segundo o proprietário.



Indígenas reclamam de suspensão de demarcação de terras

SÍTIO CATVE, 17.05.2013

Segundo eles, a situação é indigna e uma resposta é esperada

O clima não está dos melhores depois que o governo federal suspendeu a demarcação de terras indígenas no Paraná.

Por parte dos índios de Guaíra e Terra Roxa a situação se agrava pelo fato de atrasar o processo em questão. Para eles o mínimo de dignidade é ter direito a terras.

No estado duas áreas já estavam passando pela demarcação, mas com ordem da ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, o processo teve que ser paralisado. Segundo a ministra, está sendo esperada uma resposta de outros órgãos federais e da Embrapa.

Enquanto tudo está parado representantes da FUNAI de Guaíra esperam por uma resposta que possa, o quanto antes, resolver este problema.



Unesp lança cursos para comunidades camponesas e indígenas

SÍTIO AGÊNCIA FAPESP, 17.05.2013

Agência FAPESP – O aperfeiçoamento da educação de populações camponesas e indígenas vem recebendo atenção de universidades e órgãos de governos, que se unem para desenvolver cursos voltados a atender tais diversidades.

Neste mês de maio, 43 indígenas da etnia Guarani Kaiowá (MS) concluíram o curso Licenciatura Intercultural Indígena Teko Arandu, na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). A partir dessa iniciativa, crianças das aldeias locais passarão a ter aulas com professores qualificados em Matemática, Linguagens, Ciências da Natureza e Ciências Sociais.

Com a mesma proposição, a Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Presidente Prudente, ofereceu o Curso Especial de Graduação em Geografia (CEGeo), que em dezembro de 2011 formou a primeira turma, composta de 46 assentados rurais de sete Estados. O curso foi uma parceria entre a Unesp, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) – por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – e a Escola Nacional Florestan Fernandes.

“Essas experiências importantes e bem-sucedidas levaram a Unesp a criar o primeiro programa de pós-graduação stricto sensu da América Latina para complementar a educação dessas comunidades”, disse o coordenador Bernardo Mançano, que também é vice-coordenador do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Unesp.

Aprovado pela Capes, o mestrado acadêmico em “Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe”, na área de Geografia, é oferecido pelo IPPRI, por meio da Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, em parceria com a Via Campesina. Com duração de dois anos, terá 40 vagas e as inscrições serão abertas no fim de maio.

Outra iniciativa da Unesp é o curso de especialização “Desenvolvimento Territorial, Trabalho, Educação do Campo e Saberes Agroecológicos”. Resultado de parceria entre o Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT, Pronera, Incra e Fatec de Presidente Prudente, o curso, que tem como público-alvo preferencialmente populações indígenas e camponesas, será oferecido a partir do segundo semestre.

Mais informações: www.ippri.unesp.br.